



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**GABRIELA FERNANDA DO CARMO**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E A BNCC:  
POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE HABILIDADES E  
COMPETÊNCIAS NO DECORRER DO PROCESSO DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM**

**MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)**

**2020**

GABRIELA FERNANDA DO CARMO

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E A BNCC:  
POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE HABILIDADES E  
COMPETÊNCIAS NO DECORRER DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, para obtenção do título de Pedagoga, sob a orientação da Profa. Dra. Brigitte Ursula Stach-Haertel.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

C287a Carmo, Gabriela Fernanda do.

A avaliação da aprendizagem e a BNCC: Possíveis articulações na construção de habilidades e competências no decorrer do processo de ensino e aprendizagem. / Gabriela Fernanda do Carmo. – Miracema, TO, 2020.  
39 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2020.

Orientadora : Brigitte Ursula Stach-Haertel

1. BNCC. 2. Avaliação. 3. Ensino. 4. Aprendizagem. I. Título

CDD 370

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

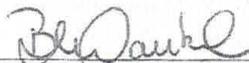
GABRIELA FERNANDA DO CARMO

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E A BNCC:  
POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE HABILIDADES E  
COMPETÊNCIAS NO DECORRER DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

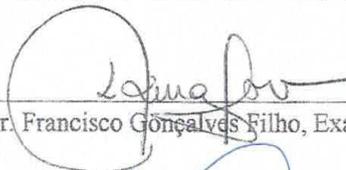
Monografia apresentada à UFT –  
Universidade Federal do Tocantins – Campus  
de Miracema, Curso de Pedagogia, foi  
avaliada para a obtenção do título de  
Licenciada e aprovada em sua forma final  
pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 07/12/2020.

Banca Examinadora:



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Brigitte Ursula Stach Haertel, Orientadora, UFT



Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho, Examinador, UFT



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Kalina Ligia Almeida de Brito Andrade, Examinadora, UFT

Dedico este trabalho aos professores da  
Educação Básica.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que me vocacionou à docência, oportunizando esta segunda graduação, para fazer a diferença na educação básica.

Aos professores que, com dedicação e amor, me ensinaram os caminhos da pedagogia.

Em especial, a Profa. Dra. Brigitte Ursula Stach-Haertel, que me inspira a ser uma professora humana e ética e, que carinhosamente me orientou neste trabalho.

Ao meu esposo, José Ricardo, pelo respeito e compreensão, dispensados a mim durante esta trajetória acadêmica.

Aos meus pais, irmãs e sobrinhos que sempre estão torcendo pelo meu sucesso acadêmico e profissional.

Aos meus amigos, que sempre me trazem palavras de incentivo e crescimento.

Aos meus colegas de trabalho, do CEM Dona Filomena Moreira de Paula, que me permitem trocas de vivências e experiências na Educação Básica.

“Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente.”

Paulo Freire

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central apresentar a avaliação da educação básica enquanto recurso pedagógico a serviço da construção do processo de ensino e aprendizagem e objetivou complementarmente aprofundar a discussão sobre instrumentos avaliativos que se façam formativos seja de professores ou de alunos. Para isto, foi abordada a BNCC, documento que propõe um olhar diferenciado para a avaliação dos estudantes, os quais desenvolverão o seu conhecimento por meio do alcance de competências e habilidades. Apresentam-se diferentes conceitos de avaliação, os quais nos levam a reflexão de como utilizar esta ferramenta para a construção efetiva da aprendizagem, tornando imprescindível o diálogo entre professor e aluno nas diferentes dimensões avaliativas demonstrando a importância da reflexão do professor em sua prática pedagógica e da participação do aluno no reconhecimento de seus avanços e dificuldades. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, a qual deu suporte teórico aos conceitos apresentados ao longo da presente discussão. Evidencia-se que a avaliação deveria ocorrer durante todo o processo de ensino e aprendizagem, para muito além dos exames pontuais comprobatórios do conhecimento adquirido, contribuindo positivamente na trajetória acadêmica dos estudantes e do professor autorreflexivo.

**Palavras Chave:** BNCC. Avaliação. Ensino. Aprendizagem.

## **ABSTRACT**

The main objective of the present paper is to present assessment in basic education as a pedagogical resource at service of the construction of the teaching and learning process and it complementarily aimed to deepen the discussion on evaluation instruments that become formative, either for teachers or students. For this purpose, the BNCC was covered (in Portuguese, Base Nacional Comum Curricular – Common Curricular National Base, a normative document which defines the organic and progressive essential learning goals that students are to develop as they advance through school). This document proposes a different approach towards assessment of student performance, students who will develop their knowledge through the reach of competences and skills. The paper presents different concepts of assessment, and they lead us to reflect on how to use this tool for the effective construction of learning, making the dialogue between teacher and student in the different evaluative dimensions essential. It made the importance of reflection by the teachers in their pedagogical practices quite clear, as well as student participation in recognizing their progress and difficulties. The methodology used was bibliographic research, which gave theoretical support to the concepts presented throughout this discussion. It is evident that the assessment should take place throughout the teaching and learning process, far beyond the specific tests that prove the knowledge acquired, contributing positively to the academic trajectory of the students and the self-reflective teacher.

**Key Words:** BNCC. Assessment. Teaching. Learning.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 BNCC .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 Avaliação Dialógica .....</b>	<b>19</b>
2.2.1 Identificação do que vai ser avaliado .....	23
2.2.2 Construção, negociação e estabelecimento de padrões .....	24
2.2.3 Construção dos instrumentos de medida e avaliação .....	25
2.2.4 Procedimento de medida e da avaliação .....	26
2.2.5 Análise dos resultados de uma avaliação .....	27
<b>2.3 Avaliação Mediadora .....</b>	<b>28</b>
2.3.1 Princípios da avaliação mediadora .....	33
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa<sup>1</sup>, a avaliação é o ato ou efeito de avaliar(-se), que determina a competência, o progresso. Avaliar vem do latim *a + valere*, que significa atribuir valor e mérito ao objeto em estudo. Assim, a avaliação apresenta diferentes significados tais como, calcular, medir, verificar, classificar, apreciar, diagnosticar, dentre outros.

A avaliação da aprendizagem começa a ser proposta a partir de 1930, com Ralph Tyler, quando este passou a observar que nem todas as crianças tinham um processo de aprendizagem necessariamente satisfatório.

No Brasil, a discussão sobre a avaliação da aprendizagem só se inicia ao final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX. Temos, portanto atualmente apenas entre cinquenta a sessenta anos de debates sobre temas da prática escolar avaliativa entre os educadores brasileiros (LUCKESI, 2002).

Somos herdeiros de uma longa história de exames, cujas sistematizações deram-se a partir do século XVI, assumindo como modelo de sociedade a organização burguesa, hierarquizada e excludente, cujo padrão são as estratificações pautadas em aferições, parâmetros pré-estabelecidos, mensurações e medidas nas quais se incluem os próprios exames. Assumir a avaliação como instrumento do processo de ensino e de aprendizagem é optar por atuar de forma includente e democrática.

Os exames estão pautados no desempenho final do aluno, não interessando sua caminhada até alcançar uma resposta à determinada questão. Outra característica específica do exame é o fato de ser bastante pontual, em outras palavras, é um recorte do momento em que acontece a avaliação sem contemplar o processo, o antes e o depois daquele momento específico. Os exames são classificatórios, importando apenas uma rotulação do aluno em categorias de aprovado ou reprovado, sendo desta forma bastante excludente.

Enquanto o exame está para a classificação, a avaliação está para o diagnóstico, ou seja, esta última se preocupa em acompanhar o desenvolvimento global do aluno em todo o processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem deveria ocorrer de forma contínua e progressiva, buscando compreender as dificuldades e facilidades de assimilação dos conteúdos por parte

---

<sup>1</sup> 1. Cálculo de um valor ou bens; 2. Valor determinado por quem avalia; 3. Apreciação ou conjectura sobre condições, extensão, intensidade, qualidade etc. de algo; 4. Verificação que objetiva determinar a competência, o progresso etc. de um profissional, aluno etc.

dos estudantes. Não é um instrumento de julgamento, de exclusão. Ao conhecer a dificuldade do estudante o professor tem a possibilidade de redirecioná-lo ao processo de aprendizagem dando novas oportunidades, utilizando novas estratégias.

Por meio da avaliação, professor e aluno tem condições de perceber o que poderá ser aperfeiçoado, para que por meio de novas estratégias a aprendizagem seja efetivamente alcançada. Nesta perspectiva o olhar avaliativo é singularizado, uma vez que cada estudante tem um tempo e uma maneira próprios de aprender. Os exames por sua vez, em função de sua lógica própria, não oferecem as condições indispensáveis a um olhar mais processual.

No contexto da avaliação, uma prova tem a função de favorecer o trabalho pedagógico do professor, fornecendo informações claras e precisas sobre o desenvolvimento do aluno, possibilitando tanto ao professor, quanto ao aluno, conhecer os progressos e as dificuldades; desta forma, a avaliação estará pautada pela busca da qualidade do processo de ensino aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC – busca atender às demandas dos estudantes do século XXI, preparando-os para serem protagonistas da sociedade em que vivem tanto quanto para o mundo do trabalho. O documento em referência busca assegurar a todos o direito de aprendizagem e desenvolvimento como definido anteriormente pelo Plano Nacional de Educação (PNE). As aprendizagens serão garantidas por meio das "10 Competências Gerais da Educação Básica". Para efetivar tais competências, o professor utilizará a avaliação de forma integral, em outros termos, poderá aplicá-la enquanto estratégia que contribua para o desenvolvimento humano integral dos estudantes, de forma que sejam cidadãos atuantes, participativos e conscientes de seu papel social.

Neste cenário a avaliação da aprendizagem escolar estará presente no contexto diário das escolas, relevante se fará, portanto que haja discussões mais amplas para que o seu significado seja, primordialmente, voltado para sua prática na ação educativa.

A avaliação da aprendizagem torna-se participativa por parte dos alunos, como um meio de autocompreensão do próprio processo de aquisição do conhecimento. Para que isso ocorra, o professor, a partir dos instrumentos adequados de avaliação, poderá discutir com seus alunos o estado, ou estágio, de aprendizagem alcançada por cada um. Esta participação tem o objetivo de professor e aluno, alcançarem juntos, um entendimento da situação de aprendizagem, que por sua vez, está articulada ao processo de ensino.

Assim, a avaliação da aprendizagem pode ser mediadora do conhecimento, à medida que a mesma é aplicada como instrumento para saber se os alunos estão aprendendo, como estão aprendendo e em que condições ou atividades encontram maior ou menor dificuldade.

Desta forma, no sentido mediador está relacionada ao desenvolvimento das competências e habilidades propostas pela BNCC.

A avaliação dialógica é outro tipo de avaliação que atende às expectativas da BNCC, uma vez que ela serve para analisar as situações de aprendizagem no cotidiano da escola. Tem a função de investigar o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, identificando habilidades e competências adquiridas por meio do diálogo entre professor e aluno.

A avaliação dialógica favorece os professores a repensarem suas práticas pedagógicas, além de estabelecer o diálogo com os alunos, ouvindo sugestões e possíveis críticas, com o objetivo de identificar as dificuldades e buscar novos conhecimentos para que o processo de aprendizagem seja efetivamente concretizado.

O professor poderá direcionar a sua prática docente na busca constante por uma efetivação da aprendizagem do educando, refletindo sobre a própria prática pedagógica, para que possa haver mudança em sua ação educativa, aperfeiçoando, assim, o processo de ensino aprendizagem.

Neste sentido a avaliação mediadora e a avaliação dialógica se complementam na validação de instrumentos genuinamente comprometidos com a construção do conhecimento do aluno pautadas ambas na identificação dos avanços e das dificuldades do sujeito da aprendizagem. Ambas, mediadora e dialógica, se articulam como instrumentos formativos do processo educativo sejam voltadas à discência ou à docência.

O profissional da educação básica poderá utilizar-se da avaliação como instrumento de aprendizagem, direcionando-a a metas e objetivos claros em relação ao processo de ensino aprendizagem, ou seja, a avaliação não é um fim em si mesmo, antes uma ferramenta do processo de construção dos saberes, das habilidades e das competências.

Este trabalho tem como ponto de partida inquietações e questões que estão presentes no dia a dia dos profissionais da Educação Básica, a partir das quais se problematiza “como melhorar o nível de aprendizagem dos alunos?” ou “como a avaliação pode fazer parte do processo de construção do conhecimento?” Justifica-se, portanto a partir desta perspectiva, a investigação de possibilidades que orientem práticas cotidianas de avaliação formativa como aliadas ao processo de ensino e aprendizagem.

O objetivo central desta monografia foi desenvolver uma reflexão a respeito de instrumentos avaliativos que atendam às diretrizes gerais da BNCC, aplicados às práticas do cotidiano escolar como instrumento indicativo do processo de construção dos conhecimentos, competências e habilidades do sujeito da aprendizagem. Como objetivos específicos estabelecemos a abordagem de duas perspectivas avaliativas que se complementam nas

práticas educativas do cotidiano escolar pautadas por uma dinâmica dialógica do processo de ensino e aprendizagem: (1) uma primeira orientada pela atuação docente reflexiva de um contínuo ir e vir conduzido pela busca da convergência desejável entre as expectativas de aprendizagem e os resultados efetivamente alcançados, e, (2) uma segunda pautada pelas evidências exitosas que se constroem no cotidiano escolar de avanços reconhecidamente significativos nas competências e habilidades do nosso alunado em consonância com os objetivos estabelecidos para a sua gradual autonomia.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nossa discussão teórica está pautada, a princípio, em três eixos: o primeiro trata da BNCC, um segundo eixo versará a respeito da avaliação dialógica e o terceiro eixo abordará a avaliação mediadora. Cada um destes eixos delimitará e detalhará as concepções que adotamos como referenciais teóricos para esta monografia.

No que concerne a BNCC apresentaremos sua estrutura no que tange ao processo de ensino aprendizagem e à forma recomendável de avaliação, pautadas pelas competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes. Assim, fazem-se necessárias novas metodologias de avaliação que contemplem por completo a aprendizagem de forma integral.

A avaliação mediadora possibilita ao aluno construir seu conhecimento, respeitando e valorizando suas ideias. O professor possui ferramentas de intervenção adequadas para envolver seus alunos no processo de ensino e aprendizagem de forma significativa, no qual o aprendizado ocorrerá de forma natural e intencional. A avaliação mediadora é instrumento da construção de um processo de aprendizagem reflexivo por parte do aluno, mediado pelo professor, reconhecendo-se o estágio alcançado.

A avaliação dialógica, por sua vez, propõe uma aprendizagem voltada para o diálogo entre educador e educando, refletindo sobre o aprendizado, possibilitando ao aluno a construção do conhecimento, tornando-o crítico e reflexivo. Neste sentido, a avaliação torna-se libertadora, deixando de ser um processo de cobrança e se transformando em momento de aprendizagem. A avaliação dialógica está centrada na atuação docente em busca de alternativas à construção de hipóteses convergentes às habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos alunos.

### 2.1 BNCC

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, o processo avaliativo, contemplado no artigo 24, inciso V, alínea (a) é: *Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.*

A LDBEN, assim torna obrigatório o que seja preciso para traçar uma meta na educação nacional, descrevendo parâmetros de como o aluno deveria ser avaliado, num processo contínuo e cumulativo, prevalecendo a qualidade sobre a quantidade. A avaliação,

desta forma, subsidiará decisões referenciadas pela aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir a qualidade em todo o processo do conhecimento que está sendo construído.

O processo avaliativo neste sentido demanda de um acompanhamento sistemático dos alunos para que se possa saber o quanto estão aprendendo, como estão aprendendo e em que estão encontrando maiores dificuldades. A avaliação neste contexto não estará focada apenas no conhecimento ou domínio de algum conteúdo específico ministrado pelo professor, antes, porém pautado pelo desenvolvimento das habilidades e competências do educando.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1998), primeiro documento legal da educação nacional que se propôs a definir diretrizes minimamente comuns à educação básica em todo o território nacional, lançados em 1996 abordam a avaliação como elemento que serve para subsidiar a reflexão da prática pedagógica do professor. Podemos perceber neste documento que a avaliação está presente em vários momentos da aprendizagem, ou seja, que a partir dela o professor faça uma investigação e possa colocar em prática seu planejamento de acordo com as necessidades e fragilidades observadas em sua sala de aula. É por meio desta avaliação que o aluno tomará conhecimento de seus avanços e dificuldades.

Necessária à disponibilidade para o envolvimento do aluno na aprendizagem, o empenho em estabelecer relações entre o que já sabe e o que está aprendendo. Essa aprendizagem exige uma ousadia para se colocar problemas, buscar soluções, e experimentar novos caminhos, de maneira diferente da aprendizagem mecânica, no qual o aluno limita seu esforço apenas em memorizar ou estabelecer relações diretas e superficiais. (BRASIL, 1997, p. 99)

Neste sentido, a avaliação poderá ocorrer de forma sistemática durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não somente ao fechamento de um bimestre, etapa ou ano, pois possibilitará ajustes constantes por meio de metodologias e planejamentos que venham a contemplar uma aprendizagem de qualidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, é um documento regulador, e obrigatório, das aprendizagens essenciais a serem contempladas por todas as escolas brasileiras, públicas ou privadas, em todas as etapas da Educação Básica, ou seja, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio visando garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno de todos os estudantes. É uma ferramenta que orienta e guia a elaboração dos currículos escolares em toda a rede de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e

desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como define o §1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN); (BRASIL, 2017, p. 7).

Assim, a BNCC tem como finalidade definir uma educação igualitária, que alcance todo o território nacional, levando em consideração a qualidade do ensino e a formação do cidadão brasileiro pautadas ambas pelos princípios democráticos. Na BNCC há uma divisão dos conhecimentos em cinco campos de experiência. A Base possui caráter normativo e estabelece objetivos de aprendizagem definidos por meio de competências e habilidades essenciais.

A Base integra a política nacional da Educação Básica e contribui para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração dos conteúdos educacionais e aos critérios de oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

O direito à aprendizagem na BNCC é assegurado pelas competências, que têm por objetivo a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver questões do cotidiano, do mundo do trabalho e para exercer a cidadania. A BNCC é composta por dez competências gerais, inter-relacionadas no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica.

As dez competências gerais da BNCC:

1. **Conhecimento:** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. **Pensamento Científico, Crítico e Criativo:** Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. **Repertório Cultural:** Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. **Comunicação:** Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. **Cultura Digital:** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e

disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. **Trabalho e Projeto de Vida:** Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. **Argumentação:** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. **Autoconhecimento e Autocuidado:** Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. **Empatia e Cooperação:** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. **Responsabilidade e Cidadania:** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p.9-10).

Estas competências e habilidades da BNCC poderão ser desenvolvidas em diálogo com a educação pautada pelos pressupostos do desenvolvimento integral e do projeto de vida dos estudantes, com o apoio de temas e objetos do conhecimento diversos, trazendo inovações e estratégias metodológicas que colaborem com o trabalho integrado e contextualizado com as áreas do conhecimento e os objetivos da aprendizagem.

A educação integral proposta pela BNCC é independente da duração da jornada escolar, seu compromisso está relacionado à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sincronizadas às necessidades, às possibilidades e aos interesses dos estudantes, bem como aos desafios da sociedade contemporânea.

Desta forma, a aprendizagem não estará pautada pela fragmentação radical disciplinar do conhecimento, mas ao estímulo do que é aprendido pelo estudante com a aplicação em sua vida real, levando-o a perceber a importância em seu contexto, o que o levará a exercer o protagonismo em sua aprendizagem e a construção de seu projeto de vida.

O Brasil é um país com uma grande diversidade cultural, marcada por profundas desigualdades sociais. Cabe aos sistemas e redes de ensino construir currículos e às escolas elaborar propostas pedagógicas que considerem a diversidade, as demandas específicas, as possibilidades e os interesses dos estudantes.

Neste sentido, a BNCC apresenta as premissas da igualdade e da equidade educacional, como forma de garantir a todas as crianças e jovens o direito de uma educação

de qualidade, independente de raça, gênero ou classe social, com o objetivo de diminuir a desigualdade existente no Brasil, garantindo, assim, oportunidades equivalentes para todos. Única e exclusivamente a partir de tais premissas será possível reverter à condição de exclusão histórica que marginaliza uma grande parte dos grupos sociais em nosso país.

A BNCC e os currículos nela inspirados têm por princípio que a educação tenha um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano pleno, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica, sendo que ambas as diretrizes têm papel complementar para assegurar as aprendizagens definidas em cada etapa.

Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos. (BRASIL, 2017, p. 17)

A educação integral proposta pela BNCC desperta nos professores um olhar inovador frente ao processo de ensino e aprendizagem, sendo necessária uma nova postura que promova um diálogo mais aberto com os estudantes. Desta forma, a avaliação se alia a esta lógica transformadora passando a ter como premissa as possibilidades de melhorar o processo de ensino a partir de dados coletados por meio de aplicação de exercícios, provas e outros tantos instrumentos, que terão como objetivo identificar as dificuldades de aprendizagem, visando criar novas estratégias para superá-las.

Por meio das avaliações o professor terá uma análise individual ou do grupo de estudantes que atende em correspondência às estratégias que foram sendo implementadas. Desta forma, o professor poderá verificar o desenvolvimento das competências e das habilidades que estão sendo contempladas a cada etapa; recurso este que não vinha sendo privilegiado pelo formato mais tradicional da avaliação pautada na mensuração dos resultados dificultando assim a identificação de avanços e, em especial, dos desvios no percurso da aprendizagem efetiva.

Mediar a aprendizagem com foco no erro e/ou no acerto não é o que se propõe na BNCC. O documento norteador está pautado em abrir espaço para novos tipos de avaliação; avaliações estas que promovam a aprendizagem dos estudantes de forma integral, reflexiva e contínua.

## 2.2 Avaliação Dialógica

A avaliação é um elemento importantíssimo a ser considerado na construção do processo de ensino aprendizagem dos alunos, uma vez que, avaliar envolve um juízo de valor para além da definição de critérios referenciais do que avaliar e do que fazer com o resultado da avaliação.

Segundo Romão:

Tudo leva a crer que, além das dificuldades resultantes da má formação, os problemas da avaliação da aprendizagem resultam também do tráfico ideológico das elites, que têm conseguido certos consensos mitológicos, favoráveis, evidentemente, à manutenção do status quo individualista, meritocrático, discriminatório e injusto. (ROMÃO, 2011, p. 45).

Desta forma urge repensar os modos de avaliação dos alunos, uma vez que a avaliação escolar não deveria ser um instrumento de aprovação/reprovação que reforçasse consensos discriminatórios na medida em que incorpore nos reprovados a culpa de sua própria reprovação.

A avaliação da aprendizagem se constitui desde o processo da formulação das questões até a análise de seu resultado. Romão (2011) aponta a concepção de avaliação em dois grandes grupos: positivista, que se baseia em verdades absolutas, a partir de padrões previamente consagrados, e, a construtivista, que se preocupa com a criação, a transformação e a ressignificação do processo de construção do conhecimento. Na primeira teremos uma prática de avaliação baseada no julgamento dos erros e dos acertos que conduzem a prêmios e castigos; na segunda, erros e acertos são importantes para identificar possibilidades de complementação e aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem.

Assim, enquanto as duas concepções, a construtivista e a positivista, contrapõe-se em suas premissas, a escola desenvolve uma forma própria de avaliação pressionada por ambas. Neste sentido necessário se faz reafirmar o caráter complementar das funções da avaliação escolar – prognóstica, diagnóstica e classificatória – fazendo parte do processo de ensino-aprendizagem como um todo. Em outras palavras, tais concepções se complementam durante processo avaliativo das práticas escolares no cotidiano de nossas instituições educativas reais sendo inegável sua pertinência em situações específicas.

Na avaliação da aprendizagem leva-se em conta a importância da medida, e ao mesmo tempo, discutem-se as relações de quantidade/qualidade e objetividade/subjetividade.

As questões objetivas estão carregadas da subjetividade de quem as formula, desde a escolha dos temas até os aspectos a serem destacados nas respostas. Elas deixam de ser

subjetivas quando há uma organização prévia do que se quer como resposta e de memorização estrita do que foi combinado.

As questões objetivas são aquelas que apresentam ao aluno apenas uma resposta, não havendo possibilidade de interpretação, nem do lado docente, nem do discente, pois as respostas estão submetidas a um gabarito previamente elaborado. A questão e o gabarito foram elaborados pelo professor, através de seu conhecimento, temas abordados, vocabulário próprio, projeções e ideais pensando nas respostas dadas pelos alunos. Assim a subjetividade aumenta, pois se esquece de que o aluno apresenta um significado e um vocabulário próprios, projeções e ideais singulares. Desta forma, a avaliação da aprendizagem confrontará visões diferentes, pois temos conhecimentos, experiências e maturidades distintas.

Já as questões chamadas de subjetivas exigem respostas dissertativas, ou seja, que os discentes discorram, argumentem sobre determinado tema. São subjetivas na medida em que tanto o aluno quanto o professor podem agir como interventores, em outros termos, cada qual defendendo a sua ideia. As questões podem ser objetivas quando há uma comunicação entre os interlocutores – professor e aluno – permitindo uma concordância ou discordância no que se refere às respostas.

A avaliação da aprendizagem pode contemplar a possibilidade da reflexão sistemática em torno de erros e acertos, seja nas questões objetivas, seja nas subjetivas, isto por meio da relação, tanto da formulação das questões, quanto das respostas dadas pelos alunos, enriquecendo, assim, a relação pedagógica.

A avaliação da aprendizagem abrange desde a formulação das questões até a análise dos resultados alcançados pelos alunos. Usamos a avaliação para verificar a comparação do desempenho constatado frente à escala do desempenho desejado.

O processo de verificação do rendimento escolar implica dois momentos: medir e avaliar. Ao medir o desempenho do educando, tentamos com mais ou menos objetividade, com auxílio de algum instrumento adequado, identificar e registrar seu desempenho; em seguida, avaliamos. Para que a avaliação integre o processo de aprendizagem dos alunos é preciso ter instrumentos adequados, medidas oportunas, anulando, assim, os juízos de valor emitidos pelos professores frente aos alunos. *Medir significa registrar e atribuir símbolos às dimensões de um fenômeno, a fim de caracterizar-lhe a posição ou status.* (Romão, 2011, p. 80).

Para que uma medida seja eficaz, necessário se faz demonstrar algumas de suas características. Objetividade: trata-se de constatar e registrar, apenas e objetivamente, o que se pretende medir. Fidedignidade e Validade: é fidedigno quando mede, com relativo rigor,

aquilo que pretendia medir (precisão); validade define a extensão do êxito de um instrumento, que pode ser fidedigno sem que seja válido (finalidade). Utilidade: algo é útil quando atende a uma finalidade humana, ou seja, capaz de satisfazer uma necessidade. Pertinência e Oportunidade: pertinência tem a ver com a adequação dos procedimentos e instrumentos verificadores à pretensão de verificação; e, oportunidade tem a ver com os objetivos e as circunstâncias específicas de aplicação dos instrumentos de medida.

[...] medida e avaliação são, de fato, dois passos de um mesmo processo, sendo difícil distingui-los em determinadas situações de verificação da aprendizagem. De certo modo, a avaliação em sentido restrito é um tipo especial da medida comparada. A dificuldade aumenta quando a transformação de símbolos de avaliação é praticamente automática, como por exemplo, nos casos extremos: se um aluno consegue o máximo ou mínimo de acertos numa prova, somos levados a transformar, automaticamente, tal medida em avaliação. (ROMÃO, 2011, p. 84).

Assim, a avaliação torna-se subjetiva uma vez que é referenciada em valores de determinada época, sociedade ou classe social. Os padrões desejáveis são construídos a partir de interesses, aspirações, projeções e ideais de grupos socialmente definidos, reproduzindo, assim, um caráter ideológico dos objetivos educacionais de determinado sistema.

A avaliação dialógica se baseia nos ideais do educador brasileiro Paulo Freire, e não possui o caráter punitivo que caracteriza a avaliação numa concepção bancária e burocrática da escola. A avaliação dialógica, segundo o Instituto Paulo Freire, leva em conta que o funcionamento da escola democrática, a partir de uma estrutura colegiada, exige novas formas de avaliação.

A avaliação dialógica auxilia na construção de uma aprendizagem construtiva subsidiando a decisão de melhoria da aprendizagem e permeando uma reflexão sobre a qualidade do trabalho escolar, tanto do professor quanto dos alunos; em outras palavras uma avaliação dialógica vai muito além da sala de aula. Subsidiando tanto a avaliação diagnóstica quanto a mediadora, ambas formativas e está destinada a marcar uma mudança na educação.

A avaliação positivista reforça a permanência, a estrutura, o estático, o existente e o produto; a construtivista evidencia a mudança, a mutação, a dinâmica, o desejado e o processo. Neste sentido, a avaliação dialógica apropria-se de ambas as concepções, uma vez que não há mudança sem a consciência da permanência e não há processo de estruturação-desestruturação-reestruturação sem o domínio teórico das estruturas que o sustentam.

A avaliação não deveria ser desenvolvida como um ato de cobrança, necessário se faz ser uma atividade cognoscitiva, na qual educador e educando discutem e refazem o conhecimento. O valor atribuído tradicionalmente à avaliação como mecanismo de promoção,

aprovação ou reprovação é um obstáculo para o avanço transformador. A reprovação está associada a uma derrota que impossibilita os avanços e não como um desafio que provoque tentativas de superação.

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar. (LIBÂNEO, 1994, p. 195)

A avaliação dialógica propõe uma avaliação voltada para o diálogo e o questionamento da realidade, refletindo no processo de aprendizagem, o qual possibilita ao aluno a construção do conhecimento, tornando-o crítico e capaz de refletir e pensar a respeito do próprio processo de aquisição de suas habilidades e competências. O professor é o mediador do conhecimento, responsável por promover os questionamentos e conduzir os alunos ao diálogo, para que se possa chegar à construção do saber.

A avaliação pode ser entendida como um processo que possibilite o diagnóstico dos avanços de aprendizagem dos alunos, oportunizando aos professores a reflexão acerca de suas práticas e possibilitando o redirecionamento do processo educativo. Assim, a avaliação, em tese, só terá sentido se servir para transformar a prática, para promover uma ação, para melhorar os resultados da aprendizagem, proporcionando o sucesso escolar. Segundo Freire (1996), *a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.*

Na educação libertadora, a avaliação deixa de ser um processo de cobrança para se transformar em mais um momento de aprendizagem, tanto para o aluno quanto para o professor – momento para este, se estiver atento aos processos e mecanismos de conhecimento ativados pelo aluno, mesmo no caso de “erros”, no sentido de rever e refazer seus procedimentos de educador. (ROMÃO, 2011, p. 93)

A avaliação da aprendizagem demanda de uma reflexão problematizadora coletiva, no momento em que o professor devolve a avaliação para o aluno, ambos tem a possibilidade de retomar o processo de aprendizagem. Assim, a sala de aula se transformará em um verdadeiro “círculo de investigação”, laboratório do conhecimento e dos processos de abordagem do conhecimento.

Nesta perspectiva, Romão (2011, pg. 107), vislumbra cinco passos necessários da avaliação dialógica, os quais serão abordados separadamente nas próximas subseções.

### 2.2.1 Identificação do que vai ser avaliado

A construção dos planos de curso é um grande desafio que se reflete na avaliação da aprendizagem, uma vez que eles são elaborados no início do ano letivo, tendo única e exclusivamente a participação de professores e especialistas, visando atender exigências burocráticas impostas pelo sistema educativo como um todo, deixando assim, de contemplar o trabalho específico a ser desenvolvido em sala de aula. Desta forma, os planos de curso estabelecem artificialmente os objetivos a serem alcançados pelos alunos, os procedimentos a serem adotados, as formas, a periodicidade e os instrumentos de avaliação. Os professores elaboram os planos de curso, nas famosas semanas de planejamento, sem nenhuma articulação com seu conteúdo e que provavelmente acabará sendo esquecido em uma gaveta da burocracia; dificilmente o professor sentirá a necessidade de retomar este plano depois de entregá-lo ao sistema. Encontra-se nesta lógica a dificuldade de se estabelecer o mais exatamente possível o que se quer avaliar, nos momentos das avaliações, tanto em termos de competências discentes quanto em relação aos “depósitos” de conteúdo.

Para Romão (2011, p.108) *não é possível estabelecer com relativa precisão o que se pretende avaliar, se não se determina, com a mesma precisão, o que se quer atingir com o planejamento*. O plano de curso deve ser um roteiro de metas, objetivos e procedimentos, sendo flexível o suficiente para permitir ajustes ao longo do processo de ensino aprendizagem. Como um projeto, o plano deve estar acessível às mãos do professor e dos alunos, para que por meio dele se permita a descoberta dos conhecimentos indispensáveis para alcançar o progresso esperado. Desta forma, entende-se que sua elaboração não deva ser feita no início das atividades letivas, mas delas fazer parte, envolvendo toda comunidade escolar, tanto interna quanto externa.

Na perspectiva da avaliação da aprendizagem dialógica mais importante do que estabelecer objetivos é estabelecer um processo de reflexão e formulação coletiva com os demais membros da comunidade escolar, especialmente com os alunos, sobre o plano de curso a ser desenvolvido e os objetivos específicos a serem alcançados.

Romão (2011), nesta discussão, aborda a Taxonomia de Bloom do domínio cognitivo estruturado em níveis de complexidade crescente, do mais simples ao mais complexo, o que significa que para adquirir uma nova habilidade relativa ao próximo nível, o aluno deve ter dominado e adquirido a habilidade do nível anterior, quais sejam conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação.

Assim, faz-se necessário estabelecer metas e objetivos claros nos planos de curso, e estes devem estar sempre às mãos do professor e dos alunos, para que coletivamente alcancem um processo de ensino aprendizagem satisfatório.

### 2.2.2 Construção, negociação e estabelecimento de padrões

O estabelecimento de padrões desejáveis torna necessária a construção de instrumentos a partir de metas, objetivos, estratégias, procedimentos e ritmos negociados no coletivo durante o planejamento. Assim, na elaboração de uma determinada avaliação, é preciso, pois, retornar ao plano de curso e, coletivamente, construir padrões específicos a serem mensurados e avaliados.

Segundo Romão (2011) não se deve simplesmente condenar o domínio cognitivo nem as provas que o pretendam mensurar; a transformação das praxes avaliadoras não ocorrerá de uma hora para outra, necessária se faz a tomada de consciência por parte dos professores, de como suas avaliações estão sendo realizadas e os princípios que as sustentam.

Durante a elaboração de uma avaliação da aprendizagem, é recomendável que o professor leve em consideração o que foi proposto em seu plano de curso, ou seja: (a) os objetivos que foram estabelecidos de comum acordo; (b) a unidade desenvolvida dentro da concepção da educação dialógica; e (c) os procedimentos didático-pedagógicos que tenham sido ajustados ao nível dos alunos de determinada série/ano; quais sejam conhecimento, compreensão e aplicação.

Acatando o momento de estabelecer os padrões como inerente ao processo avaliativo e em se tratando de uma escola que adote o sistema de promoção, em uma escala de zero a dez, teríamos os seguintes padrões:

- 1) Nota 1 a 4, para quem resolver todas as questões de memorização;
- 2) Nota 4 a 8, para quem resolver todas as questões de compreensão;
- 3) Nota 8 a 9, para quem resolver a questão de aplicação;
- 4) Nota 10, para quem resolver tudo.

Nesta escala, as questões de memorização podem estar relacionadas ao conhecimento da terminologia e dos fatos que abrangem o conteúdo. As questões de compreensão são as que incentivam correspondências, abordando semelhanças e/ou diferenças. As de aplicação exigem do aluno a utilização de conceitos e conhecimentos adquiridos no decorrer do processo de aprendizagem. Assim, percebe-se que a escola faria referência aos níveis

crescentes de complexidade de compreensão e/ou entendimento dos conteúdos abordados de forma crescente e escalonada.

No detalhamento acima a avaliação foi composta por aspectos tanto quantitativos quanto qualitativos, tendo predominância dos componentes qualitativos. Dessa forma, o aluno não será avaliado pela quantidade de respostas certas, mas pelas respostas de acordo com o grau de exigência – mais ou menos complexas – das questões que nos remetem aos padrões construídos e negociados, a partir do que foi previsto no planejamento, desenvolvido em sala de aula e, também, de acordo com os procedimentos didático-pedagógicos adotados que serão mais ou menos dialógicos em função dos acordos previamente estabelecidos.

Na preparação de uma avaliação é de suma importância que o aluno seja informado e tenha conhecimento desta escala, uma vez que subsidiará o professor durante sua análise e investigação retomando o que foi abordado e desenvolvido, beneficiando, assim, sua reflexão, revisão de procedimentos e o replanejamento de suas atividades subsequentes.

### 2.2.3 Construção dos instrumentos de medida e de avaliação

De início, entende-se que não há como separar medida de avaliação, em seu sentido mais restrito. Ao se falar em “instrumento de medida” estamos tratando de “instrumento de avaliação” e vice e versa. Não há como avaliar sem intencionalidade ou não ter a intenção de medir ao avaliar; em outras palavras no momento de medir, estabelecemos comparações, as quais nos levam a tomar decisões.

Para Romão:

Assim, quando o professor constrói, uma prova, está ao mesmo tempo, construindo um instrumento de medida e um instrumento de avaliação. Evidentemente, a avaliação implicará a existência prévia de uma escala de padrões desejáveis, tomada como referência para a comparação com os desempenhos constatados. (ROMÃO, 2011, p. 116).

Utilizaremos a Taxionomia de Bloom para exemplificar a construção de medida e de avaliação para elaboração de instrumento avaliativo de um processo de ensino aprendizagem que gere conhecimento.

Utilizando tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos, utilizaremos a escala de 0 a 10 para estabelecer notas de acordo com a natureza, mais ou mesmo complexa, dos objetivos a serem verificados: conhecimento, compreensão e aplicação. É preciso ter o

cuidado ao elaborar a prova, para que por meio dela, se permita medir adequadamente o que se pretende.

Ao elaborar as questões, necessário se faz levar em consideração os objetivos propostos.

Um primeiro objetivo do processo avaliativo estará associado ao conhecimento propriamente dito, para o qual serão elaboradas 4 questões levando em consideração o conteúdo ministrado da unidade, sendo pertinente a evocação ou uso da memória – datas, fatos, nomenclatura, conceitos – variando de valor entre 1 e 4. Recomendável se faz não esquecer que nem todos os alunos tiveram o mesmo nível de aprendizagem, ou seja, não poderemos considerar os mesmos critérios e aplicar os mesmos instrumentos de avaliação para todos os alunos no mesmo momento.

Num segundo momento, serão construídas mais 4 questões no mesmo nível de complexidade, todas relacionadas às subclasses da categoria “conhecimento”. Com estas questões será introduzido o aspecto quantitativo, pois as questões estão no interior de uma mesma classe cognitiva, não havendo variações qualitativas. Em um terceiro momento, para não deixar de verificar os objetivos pretendidos e para facilitar o trabalho do docente, seriam elaboradas duas questões de “compreensão”, as quais não podem valer menos que 4, pois a compreensão implica em conhecimento. E para finalizar, seria proposta 1 questão de “aplicação”. Elaborar questões de avaliação, que levem a reflexão do processo de ensino aprendizagem, de início, não é fácil, pois estamos acostumados a elaborá-las com a preocupação frente à quantidade de matéria lecionada e não com o que foi efetivamente aprendido.

#### 2.2.4 Procedimento da medida e da avaliação

No contexto da avaliação da aprendizagem, procedimento implica medir e avaliar; no caso do exemplo dado, significa aplicar a prova e corrigi-la, registrando os seus resultados.

Ao corrigir as avaliações, percebe-se que os professores têm grandes dificuldades em se desvencilhar das avaliações tradicionais, as quais foram incorporadas em seus cursos, como também na forma como foram avaliados, desde sua escolarização inicial.

Em se tratando de avaliar, ao corrigir uma avaliação, é necessário que o professor atribua notas aos alunos de acordo com o desempenho cognitivo a partir de uma escala conforme abaixo:

- a) Acertaram todas as questões;

- b) Não acertaram nenhuma questão;
- c) Acertaram somente as questões de “conhecimento”;
- d) Acertaram somente as questões de “compreensão”;
- e) Acertaram a questão de “aplicação”.

Neste sentido, o professor precisará se desvencilhar da lógica da avaliação mais tradicional, na qual a preocupação central seja a quantidade de questões certas ainda que em detrimento da qualidade das respostas dadas. Preciso será que alcancemos o estágio em que um professor seja capaz de avaliar um aluno com uma nota 9 ainda que este tenha acertado somente a questão de aplicação. Este é um indício para o professor avaliar e refletir o porquê do aluno não conseguir responder as demais questões.

Se o aluno realmente conseguir responder à questão mais complexa, tudo indica que ele tenha conhecimento e compreensão do assunto abordado, o que aponta que ele provavelmente não quis responder às demais questões; uma segunda possibilidade é que o conteúdo não tenha sido memorizado, ou ainda que as questões estivessem mal formuladas. Necessário se faz quebrar o vício quantitativo que está arraigado na cultura escolar e voltarmos o nosso olhar para o que realmente a avaliação pode proporcionar ao processo de ensino aprendizagem.

#### 2.2.5 Análise dos resultados de uma avaliação

Na avaliação dialógica da aprendizagem, a análise dos resultados é ponto crucial, central ao processo de ensino-aprendizagem, uma vez que é por meio dela, que professores e alunos, poderão nortear as decisões a respeito das etapas curriculares ou didático-pedagógicas subsequentes.

Mais importante do que gerar gráficos e tabulações dos resultados das avaliações é analisar com os alunos o desempenho de cada um, comentando-os, não como forma de exposição, mas de discussão, num verdadeiro “*círculo virtuoso da avaliação*”, das diversas respostas dadas e o porquê de terem sido dadas dessa forma e não de outra. Este é um momento, extremamente frutífero, que permite que haja a efetiva revisão do planejamento do trabalho previsto e executado até aquele momento.

Esta etapa permite ao professor analisar e refletir se os alunos estão conseguindo acompanhar a matéria dada; caso não estejam, de nada adiantará o professor avançar o conteúdo. Sabemos, no entanto, que o sistema cobrará do professor o cumprimento de seu

programa. Desta forma, a sobrecarga de trabalho e as exigências do sistema burocrático fazem com que os professores muitas das vezes desprezem os próprios resultados.

A avaliação da aprendizagem é um tipo de investigação e é, também, um processo de conscientização sobre a “cultura primeira” do educando, com suas potencialidades, seus limites, seus traços e seus ritmos específicos. Ao mesmo tempo, ela propicia ao educador a revisão de seus procedimentos e até mesmo o questionamento de sua própria maneira de analisar a ciência e encarar o mundo. Ocorre, neste caso, um processo de mútua educação. (ROMÃO, 2011, p. 106).

Por meio da avaliação dialógica é possível analisar as situações de aprendizagem no cotidiano da escola. A avaliação dialógica leva em consideração a estrutura e o processo, isto é, uma avaliação que se baseia em desvios e acertos, mas que também se preocupa com o desempenho, a criação e a transformação, possibilitando ao professor a busca por alternativas subsequentes.

Neste processo, a prática docente se concretiza por meio da construção dialógica entre professor e aluno, onde a tarefa do professor é promover coletivamente, com e para o aluno, uma reflexão problematizadora, a fim de que juntos retomem o processo de ensino aprendizagem a partir dos diagnósticos que se constroem pautados pelos elementos identificados nos instrumentos avaliativos.

### **2.3 Avaliação Mediadora**

A avaliação da aprendizagem escolar está presente no contexto diário das escolas, porém, é preciso estabelecer discussões mais amplas para que o seu significado seja, primordialmente, voltado para a sua prática na ação educativa.

Segundo Hoffmann (2017), a avaliação precisa partir da construção do conhecimento, por meio da possibilidade dos educandos construírem suas próprias hipóteses para além da valorização de suas manifestações e interesses.

A prática da avaliação destina-se a verificar a aprendizagem por meio de um processo de compreensão dos avanços, limites e dificuldades que os educandos estão encontrando para atingir os objetivos do curso, disciplina ou atividade da qual estão participando.

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento. Um processo interativo através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação. (HOFFMANN, 2017, p.24).

De acordo com Hoffmann (2017), pensar a avaliação como mediadora da aprendizagem exige dos educadores um enfoque crítico da educação e do seu papel social. A avaliação pode ser pensada como uma concepção libertadora, onde exista ação coletiva, reflexiva, postura cooperativa entre os educandos, privilégio à aprendizagem e uma consciência crítica e responsável de todos. Só haverá mudança na avaliação em si mesma, bem como nos processos avaliativos quando o enfoque for o educando como ser social e político, sujeito do seu próprio desenvolvimento.

A verdadeira função da avaliação da aprendizagem é auxiliar a construção da aprendizagem satisfatória, manifestada como um ato dinâmico que qualifica e subsidia o reencaminhamento da ação, possibilitando a construção dos resultados desejados.

A dinâmica avaliativa tem potencial de instrumento diagnóstico da situação de cada aluno, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para a sua aprendizagem; em outras palavras, a avaliação é instrumento auxiliar da própria aprendizagem.

A avaliação mediadora assume uma perspectiva alternativa do ato avaliativo, exigindo do professor uma concepção do educando enquanto sujeito do próprio aprendizado, inserido em um contexto próprio a constituir sua realidade pessoal, social e política.

Neste formato os erros e as dúvidas dos alunos são de suma importância para o impulsionamento da ação educativa, permitindo ao professor observar e investigar como o aluno se posiciona diante dos fatos, acontecimentos e evidências ao construir sua própria visão de mundo e suas hipóteses. Desta forma, o avaliar possibilitará a autorreflexão, num acompanhamento permanente do professor que despertará o interesse do aluno a novas questões por meio das respostas formuladas.

Neste momento, o professor tem uma visão ampla e detalhada de sua disciplina, aprofundando seus conhecimentos com pesquisas e estudos contínuos, visando estabelecer conexões entre as hipóteses formuladas pelo aluno e o conhecimento adquirido. Isto possibilitará a formulação de novas questões e possibilidades de investigação a serem sugeridas para o educando, visando dar continuidade ao processo de ensino aprendizagem.

Desta forma, a avaliação se transforma na busca pela compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento, exercendo uma função dialógica e interativa, promovendo moral e intelectualmente, criando oportunidades para os educandos constituírem-se críticos e participativos.

A prática avaliativa não deveria ser coercitiva muito menos controladora, tendo por seu objetivo central aprovar ou reprovar; necessário se faz ir além ao revitalizar a prática em seu dinamismo abrangendo ação, reflexão, ação. Em outras palavras, a avaliação observadora

e investigativa em seu sentido amplo favorece e amplia as possibilidades próprias do educando.

Hoffmann (2017) defende que a prática da avaliação seja construtivista e libertadora, cujo encaminhamento levará a um processo dialógico e cooperativo, por meio do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos no ato da própria avaliação.

No que diz respeito à aprendizagem, a avaliação não terá como objetivo a verificação e o registro de dados do desempenho escolar, recomendável se faz que esteja a serviço da ação, por meio da qual o professor observe as manifestações da aprendizagem para promover uma ação educativa que contribua efetivamente para os percursos individuais. *O papel do professor ao avaliar é agir para alcançar o sucesso dos alunos.* (HOFFMANN, 2017, p. 20)

Assim, o papel do professor é de se tornar investigador, orientador, organizador de experiências significativas de aprendizagem. Carecerá ter o compromisso de agir refletidamente, criando alternativas diferentes e adequadas para o alcance dos objetivos almejados a partir do conhecimento de cada aluno, promovendo ações interativas.

Em avaliação mediadora, o confronto entre objetivos pretendidos e alcançados, interesses e valores dos alunos não se destina a explicar o seu grau de aprendizagem, mas, essencialmente, a subsidiar o professor e a escola no sentido da melhor compreensão dos limites e possibilidades dos alunos e de ações subsequentes para favorecer o seu desenvolvimento: uma avaliação em síntese, que se projeta e vislumbra o futuro, que tem por finalidade a evolução da aprendizagem dos educandos. (HOFFMANN, 2017, p. 22).

Uma prática avaliativa direcionada ao futuro procura compreender e refletir a respeito das vivências de cada estudante, visando ajustar no decorrer de sua escolaridade, a orientação pedagógica, planejando alternativas de solução para o melhor desenvolvimento de cada sujeito em formação.

A avaliação permite ao professor, avaliar a sua prática, o modelo de ensino, de modo a constituir um diagnóstico que vise identificar as dificuldades existentes no processo de ensino aprendizagem, tanto de forma teórica quanto na prática.

A avaliação mediadora permite ao docente ter uma consciência crítica sobre a sua prática educativa, desvendando-lhe princípios e direcionando a ação avaliativa para o caminho das relações dinâmicas e dialógicas em educação. Para que isso aconteça, no entanto, o professor requer apoderar-se de métodos investigativos para analisar as diferentes situações de aprendizagem, privilegiar tarefas intermediárias e sucessivas, no sentido da mediação gradativa dos saberes a serem adquiridos, e não apenas aquelas de finais de bimestre – de

cunho quantitativo –, bem como assumir o compromisso em acompanhar o processo de construção do conhecimento do educando, com foco no entendimento e não na memorização.

O ato de avaliar não poderá ser confundido com o ato de examinar, pois enquanto o primeiro está relacionado à construção dos melhores resultados possíveis passo a passo, o segundo está preocupado com o julgamento, com a mensuração dos resultados sem considerar o processo, adotando como veredito a aprovação ou a reprovação. A prática cotidiana de nossas escolas demonstra que boa parte dos professores praticam exames imaginando estar aplicando uma avaliação, o que dificulta uma reflexão mais aprofundada, tanto quanto um direcionamento mais efetivo na busca pela qualidade do processo de aprendizagem.

Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos etc. Daí os critérios de avaliação que condicionam seus resultados estejam subordinados a finalidade e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra. (DEMO, 1999. p. 01).

O ato de avaliar exige assim a reflexão, o planejamento e a conquista dos objetivos traçados, entendendo que a avaliação se articula ao processo educativo, social e político.

A avaliação serve como investigação daquilo que o aluno conseguiu compreender e aprender; identificados os avanços o professor traça metodologias para sanar as lacunas da aprendizagem, assumindo o seu mais relevante papel, o de mediador do conhecimento.

Para Hoffmann (2017) os professores deveriam superar a prática tradicional de avaliar deixando para trás o conceito de que avaliação é apenas uma simples medida do conhecimento adquirido, tornando-se mediadora do conhecimento e integrante ao processo de ensino aprendizagem. Neste contexto o aluno é estimulado a aprender. Desta forma, a avaliação passa a fazer parte da construção e reconstrução contínua do fazer pedagógico do professor.

No cotidiano das práticas escolares, no entanto ainda encontramos lamentavelmente, muita resistência quanto ao paradigma da avaliação mediadora, tanto das escolas, quanto dos sistemas de ensino e até mesmo dos pais dos alunos que acreditam que o ensino tradicional, rígido e disciplinador seja melhor.

Na perspectiva da avaliação mediadora a busca é pelo envolvimento máximo do aluno, um contínuo “*vir a ser*”, sem padrões ou limites pré-estabelecidos. O professor caminhará junto com o educando, passo a passo, durante todo o seu percurso de aprendizagem.

Para Hoffmann (2017) da mesma forma que o professor faz a mediação entre o conhecimento e o aluno, a avaliação poderá ser mediadora de todo esse processo. Neste

sentido o professor aplicaria a avaliação durante todo o processo de ensino e aprendizagem acompanhando, observando e analisando como o aluno está apreendendo o conhecimento, identificando suas dificuldades de tal forma que possa decidir a respeito de outras medidas que possam ser tomadas, reformulando o seu plano de aula, e quando julgar necessário rever o seu próprio método de ensino. Nesta perspectiva é a avaliação que passa a regular a aprendizagem.

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. (LIBANEO, 1994, p.195).

Por meio da avaliação pode-se compreender e refletir sobre as vivências de cada estudante, podendo realizar os ajustes necessários no decorrer de sua escolaridade, planejando alternativas de soluções para o melhor desenvolvimento de cada sujeito avaliado.

O processo de ensino aprendizagem percorre um caminho tortuoso, com descobertas, dúvidas, sobressaltos, pausas, interrupções, saltos qualitativos, uma vez que cada educando é único, singular em sua trajetória própria e que coletivamente constituem formas de aprendizagem heterogênea. O docente percorrerá este caminho da diversidade, valorizando as diferentes aprendizagens.

O ato de avaliar acontece quando o docente faz intervenções, quando observa, analisa e age diante do que observou, a partir de suas reflexões sobre o processo de construção do conhecimento de cada aluno. Desta maneira, a avaliação acontece quando o professor corrige uma tarefa em sala de aula, quando responde a uma pergunta do aluno, quando tem toda uma interação com seus discentes, pois é a partir destas premissas que o professor está realizando interpretações associadas ao processo de mediação da aprendizagem.

Na avaliação mediadora o professor assume a responsabilidade por acompanhar todo o processo de ensino aprendizagem de seus alunos, ou seja, o professor está preparado para receber alunos de diferentes origens, distintas idades, com conhecimentos e tempos de aprendizagens diferentes. Será indispensável entender e desenvolver o processo de ensino aprendizagem no tempo próprio de cada um. Trata-se de um acompanhamento individual.

Cabe ao professor mediar à aprendizagem de forma processual e continuamente, por meio de testes e tarefas frequentes, sequenciais e gradativas. É por meio de várias tarefas que o professor conseguirá observar no seu aluno o que, como e o porquê ele aprendeu. Relevante

se faz que isto aconteça de forma espontânea e natural no dia a dia da sala de aula. A aprendizagem fará parte das reflexões do professor para que este de fato possa avaliar visando promover o aluno integralmente.

A mediação da avaliação como reflexão epistemológica acontece por meio das tarefas realizadas pelos alunos, o que permite ao professor realizar ações pedagógicas que contribuam para a melhor aprendizagem de cada aluno.

Segundo Hoffmann (2019) assume-se que a dificuldade de grande parte dos professores realizarem uma avaliação mediadora esteja ligada à sua formação acadêmica inicial, uma vez que em boa parte dos cursos de licenciatura o tema tem sido pouco abordado em suas diversas concepções e diferentes dimensões. Uma parte considerável dos professores em atuação domina suas áreas específicas de conhecimento, no entanto, deixa a desejar no que se refere às metodologias e estratégias de avaliação. Ao assumirem suas salas de aula, os professores transmitem, ainda que inconscientemente, o modelo conhecido de avaliação qual seja, o mesmo que foi a eles aplicado durante todo o seu percurso de formação.

### 2.3.1 Princípios da avaliação mediadora

A avaliação realmente mediadora do conhecimento exige pensar em novas metodologias. É preciso ressignificar tarefas e testes, ampliando o olhar avaliativo sobre as várias dimensões da aprendizagem, como qual o objetivo da aula, qual conteúdo está sendo desenvolvido, como o processo de aprendizagem está acontecendo. Necessário se faz estar atento às contribuições permeadas pela avaliação, visto ser a aprendizagem um processo multidimensional, complexo e distinto. Os instrumentos avaliativos favorecem uma análise qualitativa da aprendizagem superando seu caráter meramente quantitativo.

Hoffmann (2019) apresenta alguns princípios norteadores à prática avaliativa mediadora que poderão favorecer a reflexão dos professores a respeito da sua própria prática pedagógica. Estes cinco princípios serão abordados abaixo.

Primeiro princípio: favorecer aos alunos momentos em que possam expressar suas ideias, com criatividade e originalidade. Como o professor pode fazer isso? Por meio das tarefas que permitam ao professor observar as hipóteses construídas pelos alunos ao longo do processo. Neste momento o professor estabelece o diálogo com os alunos, conhecendo a produção de conhecimento para compreender em que momento cada aluno se encontra, ou seja, conhecer o grau de entendimento de cada um. Quando o professor permeia este momento de troca de ideias ele respeita o saber espontâneo, as ideias diferentes e criativas,

promovendo o momento de reflexão com o grupo, desafiando-os a avançar e a encontrar novas alternativas de respostas às situações propostas pelo professor. Estas tarefas podem ser proporcionadas em sala de aula, em casa; algumas mais extensas outras menores, mas sempre garantindo a espontaneidade e a confiança do aluno ao realizá-las.

Segundo princípio: promover a discussão entre os alunos a partir de situações problematizadoras, recurso este que na visão mediadora, é essencial entre os pares para o desenvolvimento do conhecimento. Uma maneira de colocar este princípio em prática é por meio dos trabalhos em grupo, o qual favorece reflexão de cada aluno, dando oportunidade para que cada um possa defender o seu ponto de vista, expressando sua vivência, tendo por finalidade não o produto, mas, sim, o processo de aprendizagem que se dá nesses momentos. Uma boa sugestão é colocar situações-problema breves em sala de aula que desencadeiem vários pontos de vista e que levem os alunos a encontrar uma solução dentre várias alternativas colocadas. Assim, o professor passa a ser o mediador que dinamiza a relação entre os alunos e o objeto do conhecimento. As questões que são propostas por meio de jogos, exercícios ou debates, levam os alunos a refletirem sobre seus argumentos iniciais, enriquecendo suas ideias, buscando contra-argumentos, o que favorece a eles as próprias descobertas, reformulando conceitos, encaminhando à aprendizagem. Estes momentos, no entanto, não resultam em notas ou conceitos que irão se somar a dados decisivos na atribuição dos resultados finais de desempenho escolar.

Terceiro princípio: realizar várias tarefas individuais, menores e sucessivas, buscando interpretar as respostas apresentadas pelos estudantes. Na avaliação mediadora, a observação individual de cada aluno, ao seu desempenho integral estabelece a relação direta do professor com ele a partir das diversificadas tarefas, sendo a constituição da base para a intervenção pedagógica adequada a cada aluno. Ao corrigir um teste, atividades ou prova, o professor levará o aluno a perceber o seu erro, fazê-lo refletir sobre o que o levou a errar; caso seja um cálculo matemático, poderá ter sido uma mera distração. Uma estratégia é realizar outros exercícios semelhantes com a orientação de estar atento a uma possível distração. A concentração do estudante é uma habilidade que deve ser desenvolvida na escola por meio de estratégias mediadoras.

A intervenção pedagógica (ação mediadora) deve envolver situações desafiadoras, de conflito cognitivo, transformando as perguntas deles em novas perguntas e atividades de forma a levá-los a defender seus pontos de vista e a reformulá-los. (HOFFMANN, 2019, p.82).

Este processo exige paciência e persistência por parte do professor, uma vez que é um processo gradativo e lento, no qual o aluno irá refletir e expressar seu pensamento, construindo suas próprias hipóteses, desta forma o professor analisará o momento de cada aluno.

Quarto princípio: em substituição ao binômio certo e errado e da mera atribuição de pontos, recomenda-se fazer comentários sobre as tarefas dos alunos, auxiliando-os a localizar as dificuldades, oferecendo-lhes oportunidades de descobrirem melhores soluções. A essência do processo avaliativo mediador está no acompanhamento e interpretação das respostas e manifestações dos alunos. A reflexão sobre o que o aluno conhece/aprende favorece ao professor a provocação de novos desafios, sendo possível conhecer a aprendizagem singular de cada estudante.

Ao acompanhar o avanço na qualidade da aprendizagem do aluno, necessário se faz que ele tenha maior coerência em sua argumentação, maior precisão das informações, cálculos mais pertinentes bem como expressão escrita e/ou oral mais clara e adequada; tais quesitos estarão presentes na análise qualitativa das tarefas que serão, segundo esta perspectiva, compartilhadas com o aluno desde os seus primeiros anos escolares. Uma avaliação que apresente somente certo/errado é vazia de significado em termos de ação mediadora, uma vez que, nem o professor e nem o aluno conseguirão evoluir no processo de ensino aprendizagem.

Quinto princípio: transformar os registros de avaliação em anotações significativas sobre o acompanhamento dos alunos em seu processo de construção de conhecimento. Faz-se necessário um acompanhamento individual eficaz, no qual o professor realize registros significativos sobre a evolução da aprendizagem do aluno ao longo das propostas realizadas, seja por meio de tarefas, jogos, produção de textos, cálculos, etc. Estes registros devem responder as perguntas: o aluno aprendeu/compreendeu? Ainda não aprendeu? O que e por que não aprendeu? Quais os encaminhamentos feitos ou por fazer neste sentido? Assim, o professor poderá, no decorrer do processo educativo, alcançar os objetivos da aprendizagem definidos em seu planejamento, sendo possível acompanhar as aprendizagens individuais.

Uma prática avaliativa mediadora opõe-se ao modelo “*transmitir – verificar – registrar*”, ela perpassa uma ação reflexiva e desafiadora do professor em elucidar e favorecer a troca de ideias com os alunos, construindo a produção do saber por meio da compreensão dos fenômenos estudados.

Ao analisar e interpretar as manifestações de aprendizagem dos estudantes, o professor levará em conta a complexidade do processo de construção do conhecimento, as diferentes

possibilidades cognitivas, ritmos e tempos diferentes de aprender, sendo ele o mediador deste processo de aprendizagem significativa.

Dois princípios são essenciais em avaliação mediadora: a certeza de que todos os alunos evoluem sempre em termos de novos saberes; e o compromisso do professor em garantir-lhes o máximo de apoio pedagógico para que adquiram confiança em suas próprias ideias e tentativas. (HOFFMANN, 2019, p. 58).

Quando o professor compreende que cada aluno apresenta diferentes modos de pensar e agir, que aprende coisas diferentes, em tempos diferentes, deixará de buscar os responsáveis pelos fracassos, passando a potencializar suas práticas pedagógicas, investigando as dificuldades e os avanços dos seus alunos, repensando seus planejamentos, suas metodologias e suas práticas avaliativas.

Desta forma, a avaliação na escola será ressignificada, não acontecerá em um dia ou semana pré-determinada, ela fará parte do dia a dia, sendo objeto de reflexão diária, do que estamos ensinando, como estamos ensinando, se os alunos estão aprendendo ou por que não estão aprendendo, como estão aprendendo e acima de tudo valorizando os avanços de cada sujeito da aprendizagem em seu ritmo próprio de construção do conhecimento.

### 3 CONSIDERAÇÕES

A avaliação da aprendizagem vem sendo bastante discutida no meio escolar e acadêmico, suscitando, no entanto, bastante polêmica uma vez que seu real significado é desconhecido, ignorado ou mesmo esquecido. Avaliar exige muito mais que examinar. Avaliar implica reconhecer a qualidade de aprendizagem, exige mais tempo do professor e demanda da reflexão dos estudantes.

A avaliação é um poderoso instrumento no processo de ensino aprendizagem que possibilita aos estudantes um diagnóstico sobre os conhecimentos adquiridos durante determinado período e ao professor permite verificar e refletir sobre a própria prática pedagógica favorecendo uma autoavaliação do trabalho docente formulado.

Há evidências recorrentes de que a avaliação continue sendo aplicada majoritariamente para classificar e estratificar os estudantes a partir dos resultados ignorando-se reiteradamente o processo; tal lógica não contribui em nada para alavancar o processo de ensino aprendizagem. O processo avaliativo na perspectiva que defendemos poderá amparar o professor a conhecer e entender como a aprendizagem de seu aluno está sendo concretizada, os domínios do conhecimento em que estão situadas suas possíveis dificuldades, possibilitando assim o replanejamento de suas estratégias visando a aprendizagem em toda a sua abrangência para cada um de seus alunos.

Este trabalho possibilitou analisar diferentes conceitos de avaliação, bem como conhecer diferentes teóricos e suas concepções sobre a avaliação. Confirma a importância da avaliação como instrumento indispensável ao processo de ensino e aprendizagem, de reflexão a respeito das práticas pedagógicas reconhecendo não ser um fim em si mesma, antes, porém um meio de reconstrução das práticas escolares.

A BNCC nos apresenta uma avaliação formativa, a qual quer assegurar as aprendizagens essenciais de cada etapa da Educação Básica. Seu objetivo é orientar o professor quanto ao desempenho escolar dos alunos, identificando suas dificuldades e ajudando-os na construção de seu conhecimento. A avaliação formativa em processo tem como referência a melhoria do desempenho da escola, dos professores e dos alunos. Assumimos no contexto da discussão objeto da presente monografia que a avaliação formativa seja a rigor, uma conjunção das avaliações dialógica e mediadora, a partir das quais se constitui o ato reflexivo a respeito do processo de ensino e aprendizagem reconhecendo professor e aluno como sujeitos de direitos na conquista de uma educação democrática comprometida com a autonomia cognoscente de cada um/uma e de todas e todos.

A avaliação dialógica é baseada na investigação do conhecimento com foco nas competências e habilidades a serem desenvolvidas, a criação e a transformação, possibilitando o diálogo entre professor e aluno, para que promovam uma reflexão problematizadora, a fim de que juntos retomem o processo de aprendizagem.

A avaliação mediadora está relacionada a uma avaliação a serviço da ação, uma investigação sobre a aprendizagem do aluno, favorecendo os seus avanços. Cabe ao professor elaborar propostas pedagógicas para auxiliar seus alunos de acordo com suas necessidades/dificuldades, assumindo o papel de mediador do processo de ensino aprendizagem, levando seus estudantes a refletirem sobre o conhecimento adquirido, formando-os como sujeitos da própria aprendizagem.

O diálogo do processo avaliativo se estabelece a partir do momento em que o foco deixa de ser o resultado em si mesmo valorando o processo de construção das hipóteses que levaram o aluno a alcançar um resultado distinto do desejado favorecendo desta maneira o diálogo formativo entre suas hipóteses e os pressupostos que sustentam teorias histórica e cientificamente legitimadas. Assume, portanto o caráter dialógico de rever as próprias práticas docentes no sentido de favorecer a construção de hipóteses mais próximas aos postulados confirmados pelas ciências.

Se a primeira, mediadora, está centrada na construção de conhecimento do aluno, a segunda, dialógica, está centrada nas práticas do professor o que faz de sua conjunção uma avaliação verdadeiramente formativa seja para o professor, seja para o aluno.

Estas novas concepções de avaliação exigem que os professores elaborem instrumentos adequados para acompanhar a aprendizagem de seus alunos, individualmente, com o objetivo de investigar o seu desempenho, reorientando-os e, se necessário, reavaliando-os para compreender como estão no processo de aprendizagem. Aos alunos, irá exigir dedicação aos estudos, aprofundamento e busca de melhores resultados.

Assim, conclui-se que a reflexão da prática pedagógica, a fundamentação teórica e o diálogo com os alunos, redirecionarão o professor a uma atuação ajustada às demandas do alunado potencializando o processo de ensino aprendizagem para todas e todos, retomando possíveis lacunas da aprendizagem assumindo o professor o seu mais relevante papel: o de mediador do conhecimento que liberta...

Quando o professor compreende a diversidade dos modos de pensar, das formas de entender e aplicar o conhecimento, a multiplicidade dos tempos de apropriação dos saberes historicamente acumulados assume a autoridade de potencializar suas práticas pedagógicas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL.

BRASIL, Ministério da Educação. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, MEC/SEF.

BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394,** 20 de dezembro de 1996. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa.** 6ª Edição, Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

ESTEBAN, Maria Teresa (org). **Avaliação:** uma prática em busca de novos sentidos. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMAN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. 35.ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

HOFFMAN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação:** mito e desafio: uma perspectiva construtiva. 45.ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.

HOFFMAN, Jussara Maria Lerch. **Avaliar para promover:** As setas do caminho. 16.ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994. 2ª Edição

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação Dialógica:** desafios e perspectivas. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.